

Para reconhecer o terreno e superar as dificuldades

José Carlos G. Carvalho



O descrédito no Brasil, tem a constante de qualquer interlocutor medianamente informado sobre nosso país, é efêmero, não tem bases numática de longo prazo e deve ser contestado por todo empresário lúcido. Em sucessivas viagens ao exterior, nos últimos meses, temos observado ao mesmo tempo a aridez de tais opiniões e a fragilidade de muitas contestações, porque geralmente estamos mal informados sobre nossa própria realidade.

O reconhecimento de nossa realidade, portanto, é o primeiro passo para que o País reconquiste a sua credibilidade externa. De nada adiantaria argumentar que o hemisfério Norte é o grande responsável pela degradação do meio ambiente, a nível mundial, se não reconhecermos que temos responsabilidade sobre a devastação de nosso próprio solo, e não somente da Amazônia.

Igualmente, não podemos sonhar com uma solução favorável para a questão da dívida externa ou retorno dos investimentos estrangeiros, se não demonstrarmos capacidade (e seriade) no equacionamento e nas soluções propostas para as questões mais elementares que nos afligem: a inflação, a ineficiência do Estado, a precariedade educacional, a insuficiência de proteínas para a população. O brasileiro precisa entender que não se pode maltratar o povo e que respeitá-lo será restituir uma vida digna para todos, independentemente de nossa ideologia e da prosopopéia linguística de nossos principais candidatos à Presidência da República.

O Brasil cresceu pelo menos quatro vezes em vinte anos, mas nesse período as exigências por serviços públicos traduziram-se numa impraticável centralização de decisões em todos os detalhes. E os detalhes são tão importantes quanto as árvores que formam a floresta. Se olharmos, por exemplo,

para a Previdência Social e seus detalhes, vamos verificar que não há déficit: há irresponsabilidade do governo que dela retirou recursos, que não soube administrá-la e, rotineiramente, subtraiu informações aos empresários e trabalhadores. Tapar o rombo às nossas expensas, agora, é uma afronta a todas as pessoas de bem deste país.

Se formos começar pelos detalhes, podemos resolver todas as nossas dificuldades. Vamos começar pela Previdência: o governo pague a sua conta e regularmente a nova Previdência levando em consideração que os contribuintes, empresários e trabalhadores, devem co-geri-la, auditá-la, permanentemente, com o objetivo que sirva aqueles que passaram toda a vida descontando uma parcela de sua força de trabalho ou de seu lucro, exatamente para que sirva.

A decisão política será executada através das eleições diretas para presidente da República, a 15 de no-

vembro, se necessário em segundo turno. A mudança que essa decisão implica levará algum tempo para ser efetivada, mas todos nós, empresários, trabalhadores e governo, deveremos ter a coragem e o sentimento cidadão de fazê-la.

Pelo mesmo condão devem ser traduzidas as demais questões. O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Robert Sayre, contou-nos uma boa história sobre o problema educacional. Ele lembrou que em 1900, em seu país, somente 10% das crianças em idade escolar freqüentavam os cursos secundários. A explosão da tecnologia no final do século passado e no início deste forçou aquele país a reavaliar sua estrutura educacional e desenvolver um amplo sistema de educação secundária. A conclusão do próprio Sayre é também a nossa: "A alocação de recursos para o ensino primário e secundário torna-se, portanto, crucial, se o Brasil planeja, para os próximos vinte anos, o mesmo desenvolvimento atingido nos últimos vinte.

O detalhe aqui, argumentará a equipe de "gols-contra", nela incluído o establishment oficial, é de que não há recursos. Pois bem, vamos liberar o Estado de suas voracidades indesejadas, atribuindo cada vez mais papéis e iniciativas aos empreendedores privados, a fim de que venham a existir recursos para os propósitos educacionais.

Para avançar nesse debate, como diria o ministro de Mitterrand, Albin Chalandon, é preciso esquecer a ideologia e percorrer, passo a passo, a realidade. E esta, em nosso país, é visível a todos aqueles que querem enxergar: a empresa estatal goza de impunidade financeira, criando assim um caldo de cultura de segurança no qual o pessoal se aproveita para trabalhar menos, reivindicar melhores salários, encastelar-se, portanto, em meio aos privilégios e uma produtividade mediocre. Este é o nosso fenômeno do "marajismo", entendido em seu sentido amplo e profundo e geralmente confundido com um ou outro funcionário. Fenômeno não é o indivíduo, mas a coletividade que paga e o grupo que se beneficia, o clã, a casta.

Esse é o núcleo que explica por que a empresa pública apresenta um desempenho inferior ao da empresa privada e por que o dinheiro que o Estado lhe atribui percorre um cípó de onde não há saída, não há retorno. Tudo bem, a empresa estatal é um mal necessário, mas mesmo assim deve-se ter em mente que mesmo o mal é preciso fazê-lo bem, e somente quando necessário. Por que, por exemplo, o transporte deve ser estatal? A competitividade é a essência do progresso.

Um clã, uma casta, não compete nem tem competência. Se necessário for, vamos competir para restituir a nossa credibilidade, seja ela externa, seja interna. Na prática, com objetividade, com criatividade e, sobretudo, com o reconhecimento de nossa realidade que deve ser transformada.

José Carlos Gomes Carvalho
é diretor-presidente da Inpacel
e presidente do grupo Corujão.